

SUBCOMISSÃO DE RISCOS

PROPOSTAS DE CRITÉRIOS PARA USO DE FATORES REDUZIDOS DE RISCO

Critérios Eliminatórios

- ❑ Possuir Estrutura de Gestão de Riscos plenamente implementada e funcional, em conformidade com a regulamentação vigente
 - ❑ Não ter sido dispensada de cumprir requisitos normativos (DPVAT e *run-off*)
- ❑ Gestor de Riscos
 - ❑ Não ter autorização para que suas funções sejam desempenhadas por empresa terceirizada ou por área especializada em gestão de riscos situada em matriz estrangeira (resseguradores)
 - ❑ Não deverá estar subordinado a pessoa ou área responsável por atividades que possam levar a empresa a assumir riscos
- ❑ Conselho de Administração
 - ❑ Deverá existir um CA na própria empresa ou em sua controladora, desde que esta seja uma supervisionada ou tenha como objeto exclusivo a participação em supervisionadas
 - ❑ Pelo menos 20% dos membros deverão ser independentes
 - ❑ O presidente do CA não poderá ser também presidente da empresa
 - ❑ Deverá possuir um Comitê de Riscos

Critérios Classificatórios

- ❑ Deverá ser proposta uma tabela atribuindo pontos a certas perguntas do novo Questionário de Riscos
- ❑ Deverá ser definida uma pontuação total mínima a ser atingida para autorização de uso do FR. Itens a serem considerados:
 - ❑ Existência de Comitês ou Comissões que participem da gestão de riscos (além do Comitê de Riscos do CA)
 - ❑ Nível hierárquico do Gestor de Riscos
 - ❑ Experiência / Capacitação do Gestor de Riscos
 - ❑ Atividades acumuladas pelo Gestor de Riscos
 - ❑ Frequência de realização de atividades (ex.: avaliações, reportes, etc.)
 - ❑ Uso de metodologias quantitativas para mensuração de riscos
 - ❑ Existência de PCN
 - ❑ Impacto de mudanças próximas

Documentações

- ❑ Até o dia 30/04 de cada ano, a supervisionada deverá encaminhar à Susep:
 - ❑ Validação das respostas do QR por Auditoria Independente (externa)
 - ❑ Declaração de Conformidade (Assinada pelo GR, Diretor de CI e Diretor de Relações)
 - ❑ Relatório da Auditoria Interna sobre a Estrutura de Gestão de Riscos
 - ❑ Relatório da Diretoria sobre a eficácia da Estrutura de Gestão de Riscos

Penalidades – Suspensão de uso do FR

- ❑ Descumprimento de prazos para prestação de informações ou saneamento de deficiências relevantes da EGR – mínimo de 1 ano, ou até que o problema seja sanado
 - ❑ Necessidade de notificação prévia pela Susep, definindo prazo e outros critérios
- ❑ Utilização indevida do FR mediante prestação de informações inverídicas à Susep ou ocultação de deficiências da EGR que poderiam vir a motivar a suspensão deste direito - 2 anos